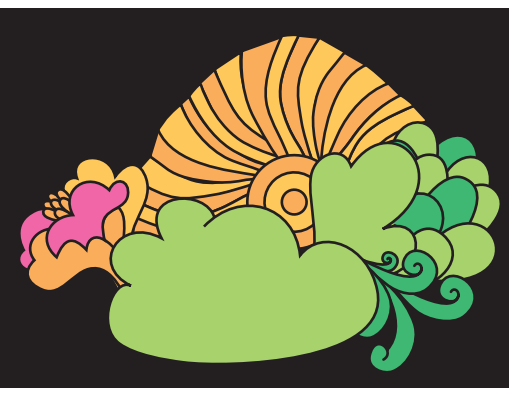
edp



Enertrade Comercialização e Serviços de Energia S.A.
CNPJ nº 04.149.295/0001-13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, nos colocando à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2009	2008
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.016	34.445
Consumidores e concessionárias	5	116.632	73.691
Impostos e contribuições sociais	6	24.340	27.512
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	11.949	22.414
Despesas pagas antecipadamente		57	17
Outros créditos	10	730	186
		163.724	158.265
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Consumidores e concessionárias	5		1.386
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7		1.554
Cauções e depósitos vinculados	9	4.210	5.577
		4.210	8.517
Imobilizado	11	760	415
Intangível	12	1.009	964
		1.769	1.379
Total do ativo		**169.703**	**168.161**

(Em milhares de reais)	Nota	2009	2008
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante			
Fornecedores	13	75.783	59.786
Impostos e contribuições sociais	6	10.638	35.373
Dividendos	17.2	24.750	35.513
Obrigações estimadas com pessoal	14	1.101	1.235
Outras contas a pagar	10	511	497
		112.783	132.404
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais	6	693	
Partes relacionadas	8	20.707	247
Provisões para contingências	15	3.589	3.589
Outras contas a pagar	10	15	5
		25.004	3.841
Patrimônio líquido	17		
Capital social		26.285	26.285
Reservas de lucros		5.631	5.631
		31.916	31.916
Total do passivo e patrimônio líquido		**169.703**	**168.161**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2009	2008 *Reclassificado*
Receita operacional bruta			
Fornecimento de energia elétrica		399.619	435.111
Suprimento de energia elétrica		488.069	397.546
Outras receitas operacionais		13.255	36.818
		900.943	869.475
Dedução da receita operacional			
Impostos e contribuições sobre a receita		(137.712)	(161.279)
Receita operacional líquida	18	**763.231**	**708.196**
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	19	(750.540)	(630.399)
Custo de operação			
Pessoal		(2.969)	(1.986)
Materiais e serviços de terceiros		(1.454)	(1.244)
Depreciações e amortizações		(15)	(15)
Outros custos de operação		(1.558)	(475)
	19	(5.996)	(3.720)
		(756.536)	(634.119)
Lucro operacional bruto		**6.695**	**74.077**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		36.054	(14.666)
Despesas gerais e administrativas		(7.289)	(8.583)
Depreciações e amortizações		(200)	(272)
	19	28.565	(23.521)
Resultado do serviço		35.260	50.556
Receitas financeiras		2.852	3.180
Despesas financeiras		(2.800)	(2.473)
Resultado financeiro	20	52	707
Lucro operacional		**35.312**	**51.263**
Outras receitas		12	
Outros resultados		**12**	**–**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**35.324**	**51.263**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(212)	(22.275)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(12.019)	4.830
	21	(12.231)	(17.445)
Lucro líquido antes da reversão dos juros sobre capital próprio		**23.093**	**33.818**
Reversão dos juros sobre capital próprio	17	1.950	1.995
Lucro líquido do exercício		**25.043**	**35.813**
Lucro líquido por lote de mil ações - R$		**1.308,87**	**1.871,80**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2009	2008
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	25.043	35.813
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa		
Concessionárias - provisão para crédito de liquidação duvidosa	(36.742)	14.666
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	12.019	(4.831)
Depreciações e amortizações	215	287
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	25	
Cauções e depósitos vinculados - atualização monetária	(234)	(224)
(Aumento) diminuição de ativos		
Consumidores e concessionárias	(4.813)	(27.090)
Impostos e contribuições sociais	3.172	(6.067)
Cauções e depósitos vinculados	1.601	3.451
Despesas pagas antecipadamente	(40)	1
Outros créditos	(544)	5
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	15.997	14.601
Impostos e contribuições sociais	(24.335)	8.510
Obrigações estimadas com pessoal	(134)	(355)
Outras obrigações	24	(51)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**(8.746)**	**38.716**
Atividades de investimento		
Adições ao imobilizado tangível e intangível	(630)	(320)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	**(630)**	**(320)**
Atividades de financiamento		
Partes relacionadas	20.460	132
Dividendos pagos	(35.513)	(32.248)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	**(15.053)**	**(32.116)**
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	**(24.429)**	**6.280**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.016	34.445
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	34.445	28.165
	(24.429)	**6.280**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)	Nota	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2008		**26.285**	**5.631**	**–**	**31.916**
Lucro líquido do exercício				35.813	35.813
Destinação do lucro					
Dividendos propostos				(35.813)	(35.813)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	17	**26.285**	**5.631**	**–**	**31.916**
Lucro líquido do exercício				25.043	25.043
Destinação do lucro					
Dividendos propostos				(25.043)	(25.043)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	17	**26.285**	**5.631**	**–**	**31.916**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2009	2008 *Reclassificado*
Geração do valor adicionado	**937.697**	**854.809**
Receita operacional	900.943	869.475
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	36.742	(14.666)
Outras receitas	12	
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(758.276)**	**(636.207)**
Custos da energia comprada	(750.540)	(630.399)
Materiais	(59)	(103)
Serviços de terceiros	(4.243)	(4.646)
Outros custos operacionais	(3.434)	(1.059)
Valor adicionado bruto	**179.421**	**218.602**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(215)	(287)
Valor adicionado líquido produzido	179.206	218.315
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.852	3.180
Valor adicionado total a distribuir	**182.058**	**221.495**

(Em milhares de reais)	2009	2008 *Reclassificado*
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	5.105	4.878
Benefícios	284	218
FGTS	151	115
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	92.313	94.584
Estaduais	57.847	85.031
Municipais	160	67
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	850	406
Aluguéis	305	383
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	1.950	1.995
Dividendos	23.093	33.818
	182.058	221.495
Lucros retidos		
	182.058	**221.495**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 - Contexto operacional
A Enertrade Comercialização e Serviços de Energia S.A. ("Companhia" ou "Enertrade"), anteriormente denominada Enertrade Comercializadora de Energia S.A., Companhia de capital fechado, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A., foi constituída em 1º de novembro de 2000 e tem como objeto social a comercialização de energia elétrica, compreendendo a compra, a importação, a exportação e a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor, a outros agentes permitidos pela legislação. Além das atividades mencionadas, a partir de 29 de outubro de 2009, a Companhia passou a prestar serviços de consultoria e assessoria em gestão empresarial, técnica e comercial incluindo a gestão de empreendimentos relacionados a energia elétrica, no Brasil e/ou exterior, bem como participar em outras sociedades como sócia.

2 - Apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras, cuja conclusão foi autorizada em Reunião da Diretoria, realizada em 23 de fevereiro de 2010, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos Técnicos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.
As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009, que serão diferentes daquelas que serão utilizadas para elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, conforme descrito na nota 3.1 a seguir.
A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução nº 444, de 26 de outubro de 2001, determinações do Despacho SFF/ANEEL nº 4.722 de 18 de dezembro de 2009 e atualizações posteriores.
2.1 - Reclassificações no exercício anterior
Para fins de comparabilidade, foi efetuada a seguinte reclassificação, nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008:
Crédito de PIS/COFINS - a partir deste exercício a Companhia passou a classificar os créditos dedutíveis das bases do PIS e da COFINS, apurados nos termos das Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03, como dedução dos Gastos operacionais, anteriormente contabilizados no grupo de Deduções da receita e para fins de comparabilidade, foi efetuada a reclassificação do ano anterior no montante de R$64.256.

3 - Resumo das principais práticas contábeis
3.1 - Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor
Dentro do processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as normas internacionais de relatórios financeiros - IFRS, diversos pronunciamentos foram emitidos durante o ano de 2009 com aplicação mandatória para os exercícios sociais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do referido processo. As normas a seguir são apenas aquelas que poderão (ou deverão) impactar as demonstrações financeiras da Companhia de forma mais relevante. Nos termos dessas novas normas, os valores do exercício de 2009, aqui apresentados, deverão ser reapresentadas para fins de comparação. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.
Pronunciamentos
CPC 20 - Custos de empréstimos - capitalização de juros
CPC 22 - Informação por segmento
CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis
CPC 27 - Ativo imobilizado
CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade
CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração
CPC 39 - Instrumentos financeiros: apresentação
CPC 40 - Instrumentos financeiros: evidenciação
Interpretações
ICPC 01 - Contratos de concessão
ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos
ICPC 10 - Esclarecimentos sobre o CPC 27 e CPC 28
A Companhia está em processo de avaliação dos potenciais efeitos relativos a esses pronunciamentos, interpretações e orientações, os quais poderão ter impacto relevante nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 a serem apresentadas comparativamente às demonstrações financeiras relativas ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010, bem como sobre os próximos exercícios.
3.2 - Resumo das principais práticas contábeis
a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez,

continua →

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Consumidores e concessionárias (Nota 5)

Representadas basicamente por contratos bilaterais de venda de energia, incluindo também os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

c) Imobilizado (Nota 11)

Registrado ao custo de aquisição, sendo a depreciação calculada pelo método linear, com taxas que refletem a vida útil-econômica estimada dos bens.

Atividade de Geração	
Tipo de imobilizado	**% ao ano**
Software	20,0
Edificações	2,5
Máquinas e equipamentos	10,0
Veículos	20,0
Móveis e utensílios	10,0

d) Intangível (Nota 12)

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, substancialmente representado por gastos na implementação de software, e são mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização.

e) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

f) Provisões para contingências (Nota 15)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, e quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

g) Fornecedores (Nota 13)

Inclui basicamente o saldo a pagar a fornecedores de energia elétrica.

h) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

i) Impostos e contribuições sociais (Notas 6, 7 e 21)

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Real Anual, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre o Lucro tributável que exceder R$240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos Lucros tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%, ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, respectivamente, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir das diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A Companhia, para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), cuja opção foi confirmada quando da entrega da declaração do imposto de renda em 15 de outubro de 2009, porém destacamos que não houve ajuste de RTT nas demonstrações financeiras de 2009.

j) Plano Previdenciário (Nota 16)

A partir de 31 de dezembro de 2001, esses valores vêm sendo apurados e registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000 e NPC 26 do IBRACON.

k) Lucro por ação

É determinado considerando-se a quantidade total de ações na data do balanço.

l) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de comercialização de energia e de prestação de serviços é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de comercialização de energia para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

m) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre adições temporárias; e
- Provisão para contingências.

n) Redução ao valor recuperável

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos são recuperáveis.

o) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

- Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Estes instrumentos são medidos pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

- Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento e são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

- Empréstimos e recebíveis

São mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

p) Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534, 29 de janeiro de 2008.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2009	31/12/2008
Bancos conta movimento	10.016	9.780
Aplicações financeiras - renda fixa		24.665
Total	10.016	34.445

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado conforme cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

5 - Consumidores e concessionárias

	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2009	Saldo líquido em 31/12/2008
Circulante				
Clientes livres	5.999		5.999	4.524
Suprimento	136.446	(28.204)	108.242	64.477
Energia de curto prazo	2.391		2.391	4.690
Total Circulante	144.836	(28.204)	116.632	73.691
Não circulante				
Energia de curto prazo	1.887	(1.887)	–	1.386
Total Não circulante	1.887	(1.887)	–	1.386

O saldo de Suprimento de energia inclui valores faturados contra a Ampla Energia e Serviços S.A. - AMPLA (anteriormente denominada Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro - CERJ), vencidas e a vencer, no total de R$57.258 em 31 de dezembro de 2009 (R$68.637 em 2008), sendo que desse montante R$27.684 (R$65.753 em 2008) refere-se a um direito obtido por sentença arbitral do dia 19 de março de 2009, em resposta aos processos nº 03/2005 e 04/2006, emitida pela Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem.

Esta sentença arbitral reconheceu que o contrato de compra e venda de energia celebrado entre Enertrade e AMPLA, para o período de15 de novembro de 2003 até 28 de agosto de 2006 a AMPLA não cumpriu com o preço definido, e para o período de 29 de agosto de 2006 a 13 de março de 2009 a Companhia reconheceu a cobrança de forma onerosa, retificando a receita operacional em R$41.440 e anulando a PCLD correspondente, sem impacto no resultado operacional.

5.1 - Energia de curto prazo

Refere-se à transações de venda de energia realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Parte dos valores do ativo está sujeita a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento, movidos por empresas do setor, relativos à interpretação de regras do mercado em vigor.

6 - Impostos e contribuições sociais

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Ativo - compensáveis				
Imposto de renda e contribuição social	13.187	21.877		
ICMS	156	121		
PIS e COFINS	10.785	5.452		
Outros	212	62		
Total	24.340	27.512	–	–
Passivo - a recolher				
Imposto de renda e contribuição social		22.148		
ICMS	3.020	6.281		
PIS e COFINS	6.873	6.543		
IRRF sobre juros s/ capital próprio	293	299		
Outros	452	102	693	
Total	10.638	35.373	693	–

6.1 - IRRF - juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, conforme legislação (Nota 17.2). Neste exercício foi retido o montante de R$293.

6.2 - Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09

Em Reunião de Diretoria de 26 de novembro de 2009, foi aprovada a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme Lei nº 11.941/09, a qual foi formalizada em 27 de novembro de 2009 junto à Secretaria da Receita Federal - SRF, o que gerou uma redução de passivos contingentes (Nota 15), relativos a processos de natureza tributária no âmbito da esfera federal no montante de R$104, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2009
Saldo inicial	–
Constituição de provisão	886
Constituição de encargos legais	207
Saldo com revisão da probabilidade pelos advogados	1.093
Benefício - Reversão programa REFIS	(104)
Parcelamento	989

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2009, foi registrado contabilmente nesta rubrica do passivo conforme abaixo:

Imposto de renda e contribuição social	315
PIS/COFINS	674
Total	989

O Refis será amortizado em 30 parcelas.

7 - Imposto de Renda e contribuição social diferidos

	Circulante		Não circulante
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2008
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	11.949	22.414	1.554
Total	11.949	22.414	1.554

O saldo classificado no Circulante refere-se, basicamente, aos créditos fiscais diferidos de Imposto de renda e Contribuição social sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa mencionada na nota 5.

8 - Partes relacionadas

	Ativo		Passivo		Receitas (Despesas) no exercício	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	2009	2008
Consumidores e concessionárias						
Bandeirante	7.473				57.801	
Costa Rica					9	294
EDP Lajeado					5	
Energest	884	1.178			13.285	12.295
Enersul						25.282
Escelsa	7.583	5.892			59.123	55.555
Lajeado Energia					23	
Santa Fé					5.570	
	15.940	7.070	–	–	135.816	93.426
Partes relacionadas						
Bandeirante			109	132		
EDP Energias do Brasil			20.586	103	(199)	
Escelsa			12	12		
	–	–	20.707	247	(199)	–
Fornecedores						
Costa Rica					(107)	
EDP Lajeado				9.811	(113.906)	(115.415)
Energest			359	314	(5.476)	(15.749)
Lajeado Energia			11.463		(11.027)	
Pantanal			1.199	924	(14.115)	(3.908)
	–	–	13.021	11.049	(144.631)	(135.072)
Outras contas a pagar						
Enersul						(199)
	–	–	–	–	–	(199)
Total	15.940	7.070	33.728	11.296	(9.014)	(41.845)

As transações com partes relacionadas são originadas de contratos bilaterais de compra ou venda de energia, firmados com as empresas coligadas mencionadas acima e com a anterior coligada Enersul até 31 de agosto de 2008, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Inclui também contrato de compartilhamento de gastos com pessoal, materiais e serviços de terceiros, aprovado pela ANEEL através do Despacho nº 2.194, de julho de 2007.

Concessionárias

Bandeirante - Contrato de compra e venda de energia elétrica, celebrado através do 9º Leilão de Ajuste promovido pela CCEE através do Edital de Leilão nº 001/2009-CCEE, nos termos do artigo 26 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e na Resolução Normativa nº 162/2005 - ANEEL, com redação dada pela Resolução Normativa nº 277/2007 - ANEEL, com início de suprimento em 1º de março de 2009 e término em 31 de dezembro de 2009. Preço praticado em dezembro de 2009 é de R$145,77/MWh.

Energest - Contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica firmado entre Energest S.A., compradora, e a Enertrade, vendedora, conforme Despacho ANEEL nº 471 de 4 de fevereiro de 2009, com vigência de 1º de fevereiro de 2008 a 31 de dezembro de 2012. Preço praticado em dezembro de 2009 é de R$150,44/MWh.

Escelsa - Contrato de compra e venda de energia elétrica firmado em 23 de dezembro de 2002, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2003 e término em 31 de dezembro de 2012. O Despacho ANEEL nº 1633 de 24 de abril de 2008 homologou o contrato e o segundo Termo Aditivo. O contrato será rescindido a partir de janeiro de 2010 conforme acordo entre as partes, sendo a referida rescisão homologada pela ANEEL através do Despacho nº 3.831 de 8 de outubro de 2009. Preço praticado em dezembro de 2009 é de R$111,75/MWh.

Escelsa - Contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado através do 9º Leilão de Ajuste promovido pela CCEE através do Edital de Leilão nº 001/2009-CCEE, nos termos do artigo 26 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004 e na Resolução Normativa nº 162/2005 - ANEEL, com redação dada pela Resolução Normativa nº 277/2007- ANEEL, com início de suprimento em 1º de março de 2009 e término em 31 de dezembro de 2009. Preço praticado em dezembro de 2009 é de R$145,77/MWh.

Partes relacionadas

EDP Energias do Brasil - A Companhia possui contratos de mútuo no montante de R$20.201, sendo R$5.500 firmado em 9 de novembro de 2009, R$5.000 firmado em 7 de dezembro de 2009, ambos vencíveis em 21 de agosto de 2010, e R$9.701 firmado em 10 de dezembro de 2009 com o objetivo de conversão dos dividendos e vencimento em 9 de novembro de 2010, todos os contratos são atualizados com juros de 100% do Certificado de Depósitos Interbancários - CDI.

Fornecedores

Energest - Contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica firmado entre Energest S.A., vendedora, e a Enertrade, compradora, em 31 de dezembro de 2006 conforme carta CT-CMR-7/07 encaminhada à ANEEL em 10 de janeiro de 2007, com vigência de 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2014.

EDP Lajeado - Contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica firmado entre EDP Lajeado S.A., vendedora, e a Enertrade, compradora, conforme Despacho ANEEL nº 1.954 de 25 de agosto de 2006, com vigência de novembro de 2001 até o final da concessão (14 de janeiro de 2033) da vendedora, previsto no *caput* da cláusula do contrato de concessão nº 05/97, de 16 de fevereiro de 1997.

Pantanal - Contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica firmado entre Pantanal Energética Ltda., vendedora, e a Enertrade, compradora, conforme carta CT-CTE-271/08 encaminhada à ANEEL em 29 de outubro de 2008, com vigência de 1º de setembro de 2008 a 31 de dezembro de 2023.

Remuneração dos administradores

A remuneração do pessoal chave da Administração no exercício de 2009, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R$1.046, valor composto somente por benefícios de curto prazo.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 7 de abril de 2009, remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, de até R$1.510, para o período de abril de 2009 a março de 2010.

Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil S.A.

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora e coligadas, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação.

9 - Cauções e depósitos vinculados

	Não circulante	
	31/12/2009	31/12/2008
Depósitos judiciais (Nota 15)	4.210	4.211
Cauções e depósitos vinculados		1.366
	4.210	5.577

10 - Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Outros créditos - Ativo				
Adiantamentos a empregados	17	4		
Dispêndios a reembolsar	42	139		
Serviços em curso	30			
Serviços prestados a terceiros	639	121		
Desativações e alienações	(20)			
Outros	22	(78)		
Total	730	186	–	–
Outras contas a pagar - Passivo				
Folha de pagamento	79	67		
Outras	432	430	15	5
Total	511	497	15	5

11 - Imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2009 Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2008 Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Administração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,50	67	(18)	49	51
Máquinas e equipamentos	10,75	255	(137)	118	102
Veículos	20,00	169	(151)	18	91
Móveis e utensílios	10,00	236	(93)	143	127
Total do Imobilizado em serviço	12,71	727	(399)	328	371
Imobilizado em curso					
Administração					
Tangível		432		432	44
Total do Imobilizado em curso		432	–	432	44
Total Imobilizado		1.159	(399)	760	415

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2008	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Valor líquido em 31/12/2009
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civís e benfeitorias	51			(2)		49
Máquinas e equipamentos	102		41	(25)		118
Veículos	91			(47)	(26)	18
Móveis e utensílios	127		37	(21)	1	144
Total do imobilizado em serviço	371	–	78	(95)	(25)	329
Imobilizado em curso	44	465	(78)			431
Total imobilizado	415	465	–	(95)	(25)	760

12 - Intangível

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2009 Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2008 Valor líquido
Intangível em serviço					
Administração					
Software	11,05	1.096	(1.041)	55	151
		1.096	(1.041)	55	151
Total do Intangível em serviço		1.096	(1.041)	55	151
Intangível em curso					
Administração					
Software		954		954	813
Total do Intangível em curso		954	–	954	813
Total intangível		2.050	(1.041)	1.009	964

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2008	Ingressos	Transferência para intangível em serviço	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2009
Em serviço	151		24	(120)	55
Em curso	813	165	(24)		954
	964	165	–	(120)	1.009

13 - Fornecedores

	31/12/2009	31/12/2008
Suprimento de energia elétrica	75.338	56.943
Operações na CCEE		2.273
Materiais e serviços	445	570
Total	75.783	59.786

14 - Obrigações estimadas com pessoal

	Circulante	
	31/12/2009	31/12/2008
Folha de pagamento	1.032	1.169
INSS e FGTS	69	66
Total	1.101	1.235

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício de 2009.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

15 - Provisões para contingências e depósitos judiciais

		Passivo				Ativo	
						Depósito judicial (Nota 9)	
	Instâncias	Saldo em 31/12/2008	Adições	Reclassificação programa Refis (*)	Saldo em 31/12/2009	31/12/2009	31/12/2008
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	3.589			3.589	3.707	3.707
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm.		989	(989)	–		
Total		3.589	989	(989)	3.589	3.707	3.707

(*) Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09

A Companhia optou pela adesão ao Programa de parcelamento de impostos instituído pela Lei nº 11.941/09, fato que proporcionou a redução de passivos contingentes de natureza tributária (Nota 6.2).

15.1 - Cíveis

Refere-se à ação judicial ajuizada pela Companhia, questionando a constitucionalidade do pagamento do encargo Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

15.2 - Fiscais

Adicionalmente, a Companhia efetuou depósito judicial, no valor de R$504, em ação ajuizada, para garantia do direito à não incidência de multa sobre certos recolhimentos espontâneos, efetuados em atraso, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. Os assessores jurídicos da Companhia avaliam o risco de sucesso como possível, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras.

16 - Plano Previdenciário

A Companhia mantém, atualmente, junto à EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil, plano de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, estruturado na modalidade "Contribuição Definida", de acordo com a Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005 e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano de Benefícios: EnerPrev e Bradesco Vida e Previdência S.A.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R$105.

Esse plano tem a adesão de 15 colaboradores.

17 - Patrimônio líquido

17.1 - Capital social

O capital social de R$26.285 em 31 de dezembro de 2009 e 2008 está representado por 19.132.969 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil S.A.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

17.2 - Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

	31/12/2009	31/12/2008
Lucro líquido apurado no exercício	25.043	35.813
Destinação do lucro		
Dividendos	25.043	35.813
Dividendos intermediários - JSCP	1.950	1.995
Dividendos complementares	23.093	33.818
Dividendos por ação - JSCP	0,101918	0,104270
Dividendos por ação ordinária	1,206978	1,767506

Em 22 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R$1.950, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada, os quais foram contabilizados em Despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram reclassificados para o Patrimônio líquido conforme Deliberação CVM nº 207/96.

17.3 - Reservas de lucros

	31/12/2009	31/12/2008
Reservas de lucros		
Legal	5.631	5.631
Total	5.631	5.631

18 - Receita operacional líquida

	2009	2008
Receita com venda de energia		*Reclassificado*
Fornecimento faturado - comercialização	399.619	435.111
Suprimento - comercialização (Nota 5)	488.069	397.546
Energia de curto prazo	10.356	35.468
Outras receitas operacionais	2.899	1.350
	900.943	869.475
(–) Deduções da receita		
(–) ICMS s/ fornecimento - comercialização	(57.831)	(85.031)
PIS/COFINS	(79.741)	(76.181)
ISS	(140)	(67)
	(137.712)	(161.279)
Total	763.231	708.196

19 - Gastos operacionais

	Custo do serviço		Despesas operacionais			
	Com energia	De operação	Com vendas	Gerais e administ.	2009	2008
Não gerenciáveis						*Reclassificado*
Energia de curto prazo - CCEE					–	2.010
Energia elétrica comprada para revenda	827.042				827.042	692.645
PIS/COFINS	(76.502)				(76.502)	(64.256)
	750.540	–	–	–	750.540	630.399
Gerenciáveis						
Pessoal, administradores e entidade de previdência privada		2.969		2.912	5.881	5.561
Material		26		33	59	103
Serviços de terceiros		1.428		2.815	4.243	4.646
Depreciação e amortização		15		200	215	287
Provisão p/créd. liq. duvidosa/ perdas líquidas (Nota 5)			(36.742)		(36.742)	14.666
Aluguéis e arrendamentos		1		304	305	383
Outras		1.557	688	1.225	3.470	1.595
	–	5.996	(36.054)	7.489	(22.569)	27.241
Total	750.540	5.996	(36.054)	7.489	727.971	657.640

20 - Resultado financeiro

	2009	2008
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	2.076	2.344
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	65	128
Outras receitas financeiras	711	708
	2.852	3.180
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(180)	
CPMF		(72)
Juros sobre capital próprio	(1.950)	(1.995)
Outras despesas financeiras	(670)	(406)
	(2.800)	(2.473)
Total	52	707

21 - Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2009	2008	2009	2008
Lucro antes do IRPJ e CSLL	35.324	51.263	35.324	51.263
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(8.831)	(12.816)	(3.179)	(4.614)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Doações	(59)	(96)	(21)	(35)
Gratificações a administradores	26	(94)	10	(34)
Outras	26		10	
Outros				
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	(159)	(74)	(54)	(52)
Incentivos fiscais				
Adicional IR		24		
Lei Rouanet		277		
Desporto		69		
Despesa de IRPJ e CSLL	(8.997)	(12.710)	(3.234)	(4.735)
Alíquota efetiva	25%	25%	9%	9%

22 - Instrumentos financeiros

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009, de 19 de novembro de 2009, e a Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

22.1 - Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

22.2 - Instrumentos financeiros derivativos

Tem por objetivo a proteção contra variações cambiais e taxas de juros nas operações realizadas em moeda estrangeira sem caráter especulativo.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos, bem como não houve nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2009.

22.3 - Instrumentos financeiros não-derivativos

22.3.1 - Valor de mercado

Principais instrumentos:

Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber, Cauções e depósitos vinculados, Outros ativos circulantes e Contas a pagar - estão apresentados ao seu valor contábil que equivale ao seu valor de mercado.

22.4 - Riscos operacionais

22.4.1 - Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A Companhia monitora as contas a receber de clientes quanto ao risco de inadimplência.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating.*

22.4.2 - Risco de escassez de energia elétrica

A matriz energética brasileira é predominantemente hídrica e um período prolongado de escassez de chuva reduziria o volume de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas, podendo ocasionar em redução de receitas por indisponibilidade de energia elétrica. Numa situação extrema, como ocorrido no Brasil no ano de 2001, poderia vir a ser adotado programa de racionamento que implicaria em redução de receita.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÓNIO MANUEL BARRETO PITA DE ABREU
Presidente

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Vice-Presidente

MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS
Conselheiro

MIGUEL DIAS AMARO
Conselheiro

DIRETORIA

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Diretor Presidente

RENATO VOLPONI LÍCIO
Diretor

DONATO DA SILVA FILHO
Diretor

CARLOS SÉRGIO SALGUEIRA MARTINS
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

ELISA SAEKO ISHIZAKA TURCI
Gestora Operacional de Contabilidade Geral
Técnica - CRC 1SP137290/O-8

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Enertrade - Comercialização e Serviços de Energia S.A.
São Paulo - SP

Examinamos os balanços patrimoniais da **Enertrade - Comercialização e Serviços de Energia S.A.** ("Companhia") levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: **a)** o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; **b)** a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e **c)** a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enertrade - Comercialização e Serviços de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2010

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2